



Ensino e biblioteca: diálogo possível

Teaching and library: a possible dialog

César Augusto CASTRO¹

RESUMO

Análise da trajetória histórica da relação ensino e biblioteca. Enfoca-se a contribuição das bibliotecas dos jesuítas e as maneiras pelas quais estas serviram para atender suas funções educacionais e catequéticas. Trata-se das transformações no diálogo biblioteca e ensino com a chegada da família real e o fortalecimento do mesmo nas últimas décadas na Segunda República e o envolvimento da classe professoral. Discute-se a relevante contribuição dos escolanovistas para a criação de bibliotecas escolares no Brasil. Analisa-se o papel das bibliotecas no período populista. Conclui-se que o diálogo escola e biblioteca depende sobremaneira do momento histórico, político e social, que pode constituir-se em relações de plena efervescência ou de total superficialidade.

Palavras-chave: biblioteca escolar, história das bibliotecas, relação ensino e biblioteca.

ABSTRACT

An analysis of the historical trajectory of the relation between teaching and library. Focussing on the contribution of the Jesuit libraries and the way it helped its educational and catechetical functions. It is also considered the transformation

¹ Professor, Departamento de Biblioteconomia e do Mestrado em Educação, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Av. dos Portugueses, s/n, Campus do Bacanga, 65080-000, São Luís, MA, Brasil. E-mail: ccampin@terra.com.br
Recebido para publicação em 28/4/2003 e aceito em 10/9/2003.

in the dialog between library and teaching since the royal family arrival and the strengthening of it in the past decades during the Second Republic, and the tutorial category involvement. It is discussed the important contribution of the "escolanovistas" for the creation of libraries in Brazil. Also analysing the role of the libraries during the Populist period. It is concluded that the dialog between school and library depends on the historical, political and social moment, that consists of a relationship of absolute effervescence or total superficiality.

Key words: *school library, history of libraries, relations between teaching and library.*

INTRODUÇÃO

Diante de todo o processo de transformação que vem ocorrendo na sociedade brasileira em todos os níveis, em especial, no campo educacional, da educação básica à educação superior, face aos atuais paradigmas advindos com as tecnologias de informação e comunicação, o conceito de escola e de biblioteca tem sido (re)significado. Escola entendida como o espaço de mediação e troca de conhecimentos e de (re) construção do saber e a biblioteca como centro convergente de informação que cumpre um papel essencial na aprendizagem dos alunos, nas tarefas docentes, com o seu entorno social e cultural.

Tratarmos do diálogo entre escola e biblioteca é concebê-las como partes interdependentes e indissociáveis. Daí, negarmos qualquer tipo de classificação, tipologização ou hierarquização comum, quando tratamos quer de biblioteca, quer de escola, na medida em que, em todos os níveis de ensino, do infantil ao superior – em qualquer modalidade – formal, informal ou semi-formal – a biblioteca constitui-se em um lugar de encontro e intercâmbio dos saberes professados e dos produzidos por gerações passadas e atuais, em diferentes contextos, armazenados em diferentes meios e transmitidos por diversificados canais.

Para compreendermos o diálogo ensino e biblioteca, neste trabalho, recorreremos à história

da educação, na perspectiva de compreender como o ensino se processou em tempos e espaços determinados. Ao fazermos esta incursão historiográfica e até para melhor delinear-la, transitamos, também, pela história cultural.

Portanto, essa deliberada intenção é inspirada na forma atual de praticar a história que é justamente mostrar a possibilidade do diálogo entre um dos objetos menos tratados na história da educação e, por que não afirmar, na história da biblioteconomia: a instituição bibliotecária. Este velho objeto pode ganhar novas dimensões, novos diálogos, na medida em que traz à tona, na fronteira da pesquisa, aspectos ignorados ou secundarizados. O interesse pelo diálogo entre ensino e biblioteca, como instituições mediadoras de práticas culturais, é o "[...] exemplo mais claro da invasão da produção da nova história cultural sobre o campo tradicionalmente ocupado pela história da educação" (NUNES, 1992, p.153).

Este *detour*, acreditamos, seja a maneira de compreendermos o diálogo possível, ensino e biblioteca, a partir de experiências acumuladas e ações realizadas, sem, contudo, cairmos no reducionismo de vê-los como determinísticos ou destituídos de intencionalidades que, algumas vezes, extrapolam o campo educacional e assumem *status* de discursos único e verdadeiros a serviço da classe dominante.

Nesta perspectiva, construímos esse texto sobre duas direções: da historiografia ao

diálogo entre ensino e biblioteca; com base na primeira, compreendermos este diálogo na sociedade atual.

Acordes do diálogo entre Ensino e Biblioteca

No Brasil, desde os jesuítas que instituíram os primeiros sistemas de ensino, têm-se notícias de bibliotecas que serviam de suporte às atividades docentes e catequéticas (MORAES, 1979). Os primeiros impressos, material básico do processo ensino-aprendizagem, por sua insuficiência, eram copiados à mão pelos membros-docentes da Ordem, de modo a atenderem às necessidades de leitura e escrita (LEITE, 1950). Estas foram as primeiras obras de cunho didático que possuíram os estudantes brasileiros.

Pela escassez de livros na Colônia e as dificuldades financeiras da Companhia de Jesus, os acervos das bibliotecas dos colégios eram “esmolados”, isto é, doados à biblioteca quando da morte de algum padre. Esta dificuldade inviabilizava qualquer tipo de empréstimo aos escolares, pois acreditavam que “para arruinar-se em pouco tempo uma biblioteca, basta emprestar os livros” (MORAES, 1979). Esse fato propiciou a ordenação, em 1589, de todos os livros existentes nas bibliotecas dos colégios, “[...] estivessem todos em ordem e numerados da ‘banda de fora’, para que facilmente se saiba quando falta algum” (MORAES, 1979).

Esse controle não se dava somente para evitar danos e furtos, mas, principalmente, para se saber quais livros deveriam ser lidos pelos alunos, de maneira que obras obscenas e heréticas, prejudiciais à edificação e aos bons costumes, eram eliminadas ou corrigidas antes de serem incorporadas ao acervo da biblioteca. Dentre essas obras proibidas, encontravam-se as *poéticas* e as escritas *em romance*, pois causavam devaneios nas mentes dos jovens e obstáculos ao cultivo do latim e das obras

clássicas. Em contrapartida, a vida dos santos e as Sagradas Escrituras eram leituras obrigatórias por todos os alunos e constituíam a maioria dos livros das bibliotecas (LESSA, 1946; AUTO, 1973).

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, os colégios são fechados, as bibliotecas desaparecem e os livros ganham outras finalidades, por exemplo, como papel de embrulho (MORAES, 1979). Esse quadro se transforma, a partir de 1808, com a criação da Biblioteca Nacional, com a instalação da Imprensa Régia, com a expansão da oferta de ensino primário e secundário e com a criação dos primeiros cursos superiores no Brasil, o que marca a ampliação das bibliotecas escolares e o aparecimento das primeiras bibliotecas universitárias (ELLIS, 1975).

O diálogo ensino e biblioteca expandiu-se no país, nos momentos de desenvolvimento econômico, cultural e político e, a reboque destes, o educacional.

As [...] bibliotecas florescem geralmente em sociedade em que prevalece a prosperidade econômica, em que a população é estável e instruída [...], onde há grandes áreas urbanas e onde o comércio livreiro está bem organizado (GOMES, 1983, p.34).

Os responsáveis pela criação e zelo dessas bibliotecas eram geralmente pessoas moral e intelectualmente respeitadas, em especial, professores.

Ao tratarmos do diálogo ensino e biblioteca, na Primeira República “[...] não se pode deixar de ter em mente que essas bibliotecas não se constituíram mérito do governo, mas de alguns professores idealistas que lutaram para fazer vingar a idéia de biblioteca” (GOMES, 1983).

Contudo, as bibliotecas e escolas, de todos os níveis, prescindiam de materiais bibliográficos pela quase inexistência de um

comércio e indústria livreira no país que subsidiassem as iniciativas desses professores, em criarem e manterem o diálogo ensino e biblioteca.

O idealismo desses professores pode ser evidenciado em diversas obras publicadas em vários períodos. Neste texto, ilustramos um trabalho de Raspantini, publicado na Revista Educação, em 1935 e o livro O Ensino em São Paulo, de autoria de José Feliciano de Oliveira, publicado em 1932. O primeiro defendia a idéia que:

As bibliotecas desempenham, conjuntamente com os laboratórios de química, gabinetes de física, museus, observatórios astronômicos e outros estabelecimentos científicos, vasto campo propício às elucubrações de todos que consideram 'o gosto das coisas intelectuais' como parte integrante da vida... (RASPANTINI, 1935, p.5).

Mas é em Oliveira (1932, p.21), que o idealismo do diálogo entre ensino e biblioteca é mais incisivo e mostra o seu desapontamento com este diálogo:

De mim que tive por cinco annos uma biblioteca [da Escola Caetano de Campos] bem carpintejada, bem torneada, com galerias em todos os seus commodos, apesar do espaço pouco amplo em que ella foi colocada. Pouco amplo para minhas ambições [de] uns dez mil volumes, que ahi devem estar (se as traças não os devoraram, como ia dolorosamente verificando, nos últimos annos que passei na Escola, depois que deixei de ser bibliotecário).

Todavia, o número de bibliotecas dos estabelecimentos de ensino, apesar de ampliadas, restringiam-se em guardar e conservar livros, quadro que sofre alteração na década de

30, quando os escolanovistas, notadamente Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, ao empreenderem reformas no ensino do Distrito Federal, defendem a idéia de que ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Estes educadores foram influenciados, em relação ao diálogo escola e biblioteca, pelas idéias de Lorenzo Luzuriaga, Manuel Barroso e Guimarães Menegale.

Luzuriaga (1927), no texto *Bibliotecas Escolares*, trata a biblioteca como um trabalho de ação pedagógica na escola, cujo papel é despertar o interesse das crianças pelos livros, pelas leituras livres e espontâneas, servindo de complemento e afirmação ao trabalho docente. Barroso (1934) em *La Biblioteca en la Escuela*, aborda a importância que as bibliotecas escolares têm na Educação Nova e traz sugestões que deveriam ser observadas pelos professores, para incentivar o trabalho pedagógico na biblioteca, a exemplo da criação de associação de leitores, incorporação de discentes na direção e gestão da biblioteca, conferências, criação de uma revista criada e mantida pela biblioteca e organizada por professores e alunos e promoção de atividades artísticas e culturais. Menegale (1932), em *O que é que deve ser a Biblioteca Pública*, alerta para o fato de que não havia mais razão para vedar o acesso das crianças à biblioteca; cabia aos professores incentivarem o seu uso, mediante estratégias para incrementar a literatura infantil na biblioteca e em sala de aula.

A influência dos escolanovistas contribuiu de modo significativo no fortalecimento do diálogo entre ensino e biblioteca, tanto para atender aos alunos no processo de aprendizagem, como para auxiliar na formação de professores.

Ao assumir a direção geral da Instrução Pública do Distrito Federal, Fernando de Azevedo, entre outras coisas, preocupou-se em organizar bibliotecas escolares.

A partir de 1928, cada escola primária carioca ficaria obrigada a manter duas bibliotecas: uma para os alunos (as) e outra para professores(as). [...] Trimestralmente, o responsável pelas bibliotecas, geralmente um(a) professor(a) da escola, auxiliado por alunos(as), tinham por incumbência efetuar uma estatística dos livros de preferência do corpo docente remetendo à diretoria o mapa do movimento bibliotecal (VIDAL, 2000, p.13).

Enquanto Fernando de Azevedo lança as bases para a organização de bibliotecas nas escolas cariocas, Anísio Teixeira, ao substituí-lo na direção da Instrução Pública, deu-lhe maior impulso, ao criar a Biblioteca Central de Educação (BCE), em 1932, a Biblioteca Infantil, em 1934 e ao ampliar o acervo da Biblioteca da antiga Escola Normal. Nunes (1987, p.354), quando trata da gestão de Anísio Teixeira, afirma que:

[...] a ênfase na especificidade do espaço escolar levava a gestão de Anísio Teixeira a considerar com especial atenção as bibliotecas, tão ou mais importantes que o rádio, na obra de 'desbravamento moral e intelectual' que a geração de educandos e reformadores acreditavam realizar.

A Biblioteca Central de Educação tinha como objetivo coordenar e orientar a distribuição de livros para os estudantes e oferecer aos professores da rede pública melhores condições de aprimoramento profissional e cultural, além de funcionar como estimuladora das atividades das bibliotecas e cinematecas criadas nas unidades escolares. Mesmo funcionando com precariedade, prestou serviços relevantes à comunidade escolar como cursos de idiomas e uso de aparelhos cinematográficos. Seu acervo

era formado por livros em diferentes idiomas e com periódicos nacionais e estrangeiros.

Destaca-se, também, na gestão deste educador, a ampliação da biblioteca do Instituto de Educação tendo por objetivos estimular práticas leitoras de professores e contribuir na aquisição de conhecimentos através da investigação e da pesquisa que eram seguidas com debates e análise acerca do material coletado. Além disso, para assegurar a frequência dos alunos foi providenciado, a partir do Ciclo Complementar, que nos horários escolares estivessem previstos tempos destinados à leitura na biblioteca. Toda essa movimentação em torno da relação biblioteca e ensino dava-se em função de o ensino centrar-se em seminários, portanto, a pesquisa bibliográfica "como forma de aquisição de conhecimentos transparecia nos programas da Escola de Educação (VIDAL, 1995) com especial significância".

O processo ensino-aprendizagem centrado na biblioteca não prescindia de investimentos financeiros anuais significativos que nem sempre eram disponíveis. Essa dificuldade era compensada pelas doações de particulares, instituições bibliotecas públicas e por intercâmbios com outras bibliotecas (CARVALHO; VIDAL, 2000).

Com o Estado Novo, toda esta movimentação em torno do ensino centrado na biblioteca encerra-se. A censura instala-se no Instituto de Educação, em especial, na biblioteca, por acreditarem que no seu acervo havia livros subversivos, ou seja, todo o empenho de Anísio Teixeira deixara, posteriormente, de existir.

Segundo Vidal (1995, p.143),

O rigor no combate a ideologias 'subversivas' dirigiu a ofensiva contra o livro. Em 1939, o secretário geral da educação, José Pio Borges de Castro, realizou o expurgo de 6.000 volumes das bibliotecas escolares [cariocas] ('pejadas de livros inconvenien-

tes'), e propôs um concurso de livros infantis visando à 'exaltação das qualidades distintas das almas nobres, probas e patrióticas'.

Paralelo à censura aos livros e às bibliotecas, Getúlio Vargas incentiva e implementa a política assistencialista de distribuição de livros às escolas e às bibliotecas públicas, através do Instituto Nacional do Livro (INL).

Com atribuições diversas, o INL assume o papel de disseminador, produtor e coordenador das políticas para as bibliotecas escolares e públicas. Certamente, neste campo, a sua atuação foi mais relevante, apesar do momento político autoritário, moralizador em que são criadas as bibliotecas ligadas aos Centros Cívicos, cuja finalidade era "[...]despertar a comunidade para participação da vida cultural [...] com vistas à integração social, à elevação do nível educativo e cultural, conseqüentemente influenciando no desenvolvimento econômico e na segurança nacional" (ARAÚJO, 1991, p.67).

Com a deposição de Vargas, ocorrem vários movimentos para redemocratização do país: os partidos de esquerda são (re) organizados, crescem os movimentos populares, aumenta a oferta de cursos gratuitos de jovens e adultos e a defesa da escola pública que culminou com aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 4024/61 (RIBEIRO, 2000, p.47).

Sobre a efervescência ideológica nos quatro anos da década de 60, afirma Ghiraldelli Júnior (2000, p.120-121) que:

[...] cresceram organizações que trabalharam com a promoção da cultura popular, a educação popular, a desanalfabetização e a conscientização da população sobre a realidade dos problemas nacionais. Os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimen-

tos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de Educação de Base (MEB) formam os grandes protagonistas das ações de várias tendências e de grupos de esquerda [liberais progressistas, esquerdas marxistas, social-democrata, esquerda-cristãs, etc.] preocupados com a problemática cultural das classes trabalhadoras.

No bojo desse processo de redemocratização do país, na promoção da cultura e da educação popular, o diálogo entre biblioteca e escola reacende, alicerçado na Pedagogia Libertadora freireana, que objetivava libertar o povo de seu tradicional mutismo político, social e cultural resultante de uma "educação bancária" que se caracterizava como excludente, verbalista, memoricista, alienadora, a serviço de uma estrutura burocratizadora, anacrônica e alheia aos problemas circunstanciais dos educandos.

A Pedagogia Libertadora insistia na idéia de que todo ato educativo é um ato político e que o educador 'humanista revolucionário', 'ombreado com os oprimidos', deveria colocar sua ação político-pedagógica a serviço da transformação da sociedade e da criação do 'homem novo'. Essa educação, ao contrário da 'educação bancária', deveria problematizar as situações vividas pelos educandos, promovendo a passagem da 'consciência ingênua' para a 'consciência crítica' (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2000, p.24).

Escola e a biblioteca, nesse período, ocupam papel de destaque no processo de *desalienação popular*, através da oferta de amplos e diversificados materiais de leitura, tanto nas ações desenvolvidas pelo Movimento Eclesial de Base (MEB), pelos Centros Populares de Cultura (CPC) como pelos Movimentos de Cultura

Popular (MCP). Entretanto, parece-nos que foi na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, realizada em Natal, por iniciativa de Djalma Maranhão, prefeito desta capital, que o diálogo biblioteca e ensino foi mais significativo e intenso (CASTRO, 1999, p.71).

As bibliotecas ocuparam um espaço relevante em toda essa campanha, posto que foram criadas inúmeras delas, nas mais diferentes localidades e nas escolas desta Capital. Funcionavam nos acampamentos, em sistema de rodízio, através de pequenas caixas-estantes (para atender professores e alunos), em torno das quais eram realizados círculos de leitura. “No primeiro caso [aos professores] tratava-se de estudar e discutir, mais especificamente, questões atinentes à educação, como forma de aperfeiçoar a formação de grupo de professores; no segundo caso [aos alunos], tratava-se de realização de leitura, em comum, de literatura infantil”(GERMANO, 1989, p.17).

Além dessas bibliotecas, foram instaladas as chamadas bibliotecas populares que “[...] funcionavam bem mais como postos de empréstimo de livros do que bibliotecas mesmo, porque não havia espaço suficiente” (GERMANO, 1989, p.117). Essas bibliotecas eram pequenas barracas de madeira que se mantinham abertas o dia e a noite, cada uma com uma média de 2 mil livros e um número de empréstimo diário de 80 a 120 livros, além do que cada biblioteca dispunha de um jornal mural fixado na sua parte externa, o que possibilitava à população carente o acesso à leitura pública dos jornais.

Tanto as bibliotecas públicas quanto as bibliotecas escolares, instaladas por esta Campanha, finalizaram quando da ditadura militar. Elas foram abandonadas e seus acervos tiveram os mais diferentes fins, pois se tornaram alvo principal da repressão das “forças militares que penetraram nas bibliotecas [do centro de formação de professores] e provocaram autêntico

rasga-rasga de livros. Ainda a propósito, os jornais fizeram publicar seguidamente matérias sobre os livros apreendidos” (GERMANO, 1989, p.159).

Durante a ditadura militar, o diálogo ensino e biblioteca assume conotações diferentes ao momento anterior; agora volta-se para a acomodação e para a alienação sócio-informacional, igualando-se ao período ditatorial de Vargas. A partir de então, a distribuição de livros para as bibliotecas públicas e escolares é assumida pelo INL, pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e, principalmente, pela Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED).

A COLTED, subordinada ao Ministério de Educação e Cultura, apoiada pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e pela *United for International Development* (USAID), tinha como objetivo executar o Programa Nacional do Livro Didático, ou seja, adquirir livros das editoras e distribuí-los para as bibliotecas escolares e universitárias. Todavia, a COLTED contribui muito mais para ampliar os lucros das editoras do que para dotar escolas e bibliotecas de recursos bibliográficos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. Esse fato fez com que observadores internacionais solicitassem ao governo federal a sua extinção, em 1971.

É nessa década que o diálogo ensino e biblioteca, em toda a história do Brasil, é objeto da mais forte repressão e censura. Censura que rasteia o que deveria ser lido, estudado ou pesquisado, da educação infantil à educação superior. O Decreto 1077, de 6 de janeiro de 1971, do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, determinava que a divulgação, leitura e acesso a livros e periódicos (nacionais e estrangeiros), em todos os níveis de ensino e em todas as bibliotecas, ficariam subordinados à verificação prévia da Polícia Federal a quem caberia analisar a

existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes.

Com a abertura política que se processa lentamente, a partir da década de 80, o diálogo entre ensino e bibliotecas não reacendeu da mesma maneira quando do término dos períodos ditatoriais anteriores. Projetos desconexos e sem continuidade têm sido engendrados pelo Estado, o que nos autoriza a afirmar que, no âmbito governamental, não há qualquer ação efetiva para o fortalecimento do diálogo entre ensino e biblioteca. Através de um discurso pseudo-moderno vivencia-se, atualmente, uma deturpação do conceito de ensino, de escola e de biblioteca, agora traduzido sob o binômio máquina-informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos referenciais históricos discutidos anteriormente, podemos afirmar que o diálogo ensino e biblioteca assumiu diferentes possibilidades de concretização, de acordo com o momento sócio-histórico, político e educacional por que passou a sociedade brasileira em suas diferentes épocas. Isso nos possibilita compreender este diálogo, no presente contexto, da Sociedade da Informação, sem, contudo, deixarmos de vê-lo como alvo de constantes e possíveis rupturas diante da instabilidade, de toda ordem, ocorrida no país.

Ao refletirmos sobre este diálogo na Sociedade da Informação, é preciso, *a priori*, entendermos as dicotomias existentes nela e o processo de descontinuidade sócio-histórica da relação escola e biblioteca. Cabe-nos perguntar: que tipo de escola e biblioteca queremos? Qual o papel que devem assumir no contexto social? E que tipo de homem e de sociedade almejamos formar?

Para que isso se concretize, escola e biblioteca precisam assumir, dentro do contexto

educacional brasileiro, outros níveis de significância que partem, em princípio, dos próprios gestores que atuam no processo de formação e de informação - alunos, bibliotecários e professores, dentre outros.

Bibliotecas que se transformem em um centro dinâmico no processo de ensino e aprendizagem e não em um simples apêndice necessário. Processo de transformação que converge para a formação acadêmica do bibliotecário, onde as bibliotecas são tratadas como receptáculos de informação cujos procedimentos para tratá-las e disseminá-las constituem-se no cerne do processo de ensino e aprendizagem. Esse processo deveria ser concebido como um tempo, um contexto, uma organização e vida. O bibliotecário, ao invés de ser considerado um simples processador de informação, deve tornar-se um mediador entre o universo da informação produzida em diferentes tempos e espaços, a sociedade global e a do seu entorno.

Uma forma possível de mudança do paradigma entre ensino e biblioteca que, historicamente se caracteriza pelo distanciamento, seria a inclusão nos Cursos de Pedagogia, e áreas correlatas, de conteúdos relativos ao campo da Biblioteconomia e, neste, dos saberes relativos à Educação. Desse modo, acreditamos que os professores e bibliotecários, ao intercambiarem saberes e práticas, assumirão outras posturas frente à escola e à biblioteca.

Isso significa uma mudança na concepção, no papel da biblioteca e da escola e no modo de intervenção do bibliotecário no processo de ensino e aprendizagem e do professor, nas políticas, desde as mais simples às mais complexas, das Unidades de Informação. Evidente, que esta ação assume diferentes delineamentos e proporções, mediante o tipo de biblioteca, o nível de ensino, a natureza da instituição onde esta se insere e o público com quem mediatiza informação. Todavia, o diálogo ensino e biblioteca se tornará possível quando esta for concebida

como um lugar de aprendizagem, de encontro e comunicação integrada ao processo pedagógico, que possa apoiar os programas de ensino e aprendizagem e estimular as trocas educativas, que assegurem o acesso a uma variedade de recursos e serviços informacionais, independente do suporte, formato, ou meios e que possa proclamar a idéia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são indispensáveis à aquisição de uma cidadania responsável e participativa.

Apesar de termos consciência de que este diálogo não é neutro nem destituído de intencionalidades, acreditamos que, se professores e bibliotecários conceberem a escola e biblioteca como partes importantes no processo

de construção de uma sociedade justa e igualitária, forças contrárias terão maior dificuldade em romper os elos estabelecidos.

As descontinuidades históricas deste diálogo foram rompidas, certamente porque estes profissionais, apesar de exercerem suas atividades em um mesmo contexto, atuavam de maneira isolada: um preocupado em apenas transmitir conteúdos escolares e o outro em executar atividades técnicas, na esperança de que aquele, ao recorrer à biblioteca, reconhecesse o seu esmero com o livro, com os catálogos. Agora, com os sistemas automatizados, é estabelecido mais um diálogo de reconhecimento de competência do que um diálogo de ação – reflexão – ação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E.A. *O discurso do livro como discurso do Estado: estudo de caso do Instituto Nacional do Livro*. João Pessoa, 1991. 67f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, 1991.

AUTO de inventário e avaliação dos livros achados no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro e seqüestrados em 1775. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.301, p.222-246, 1973.

BARROSO, M. *La biblioteca en la escuela*. Buenos Aires: Editorial Kapelus, 1934.

CARVALHO, M.M.; VIDAL, D.G. (Org.). *Biblioteca e formação docente: percursos de leitura*. São Paulo: Autêntica, 2000.

CASTRO, C. *Leitura de adultos com escolaridade tardia*. São Luis: EDUFMA, 1999. p. 71.

ELLIS, M. Documentos sobre a primeira biblioteca publica oficial de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, v.8, n.30, p.23-35, 1975.

GERMANO, J.W. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1989. p.17-159.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. *História da educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.24-121.

GOMES, S.C. *Bibliotecas e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Pioneira, 1983. p.34-36.

LEITE, S. *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: [s.n.], 1950. v.7: 321.

LESSA, C.R. As bibliotecas brasileiras nos tempos coloniais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Brasil*, Rio de Janeiro, v.19, p.13-32, jan./abr., 1946.

LUZURIAGA, L. *Bibliotecas escolares*. Madrid: Revista de Pedagogia, 1927.

MENEGALE, J.G. *O que é que deve ser a biblioteca pública*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1932.

MORAES, R.B. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

NUNES, C. Historiografia da educação e as fontes. *Revista de Educação*, São Paulo, v.2, n.1, p.20-36, jul./dez. 1987.

NUNES, C. (Org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, J.F. *O ensino em São Paulo: algumas reminiscências*. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1932. p.21.

RASPANTINI. *Biblioteconomia. Revista de Educação*, São Paulo, v.5, p.7-11, 1935.

RIBEIRO, M.L. *História da educação brasileira: a organização curricular*. Campinas: Autores Associados, 2000. p.47.

VIDAL, D.G. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leitores e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal-1932/1937*. São Paulo, 1995. p.138, 145. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 1995.

VIDAL, D.G. *Uma biblioteca escolar: práticas de formação docente no Rio de Janeiro: 1927-1935*. In: VIDAL, D.G.; CARVALHO, M.M.C. (Org.). *Biblioteca e formação docente: percursos de leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.11-36.